



LEI MARIA DA PENHA E SUA (IN)EFICÁCIA

SONEMANN, Bárbara Cardozo¹. BECK, Carolina Castilhos². SANTOS, Francieli Dias³.
MULINARI, Milena Andressa⁴. MUHLBEIER, Stefani dos Anjos⁵. ALVES, Carla Rosane da
Silva Tavares⁶. PIAS, Fagner Cuozzo⁷.

Utilizando-se do método qualitativo e pesquisa bibliográfica, este trabalho objetiva examinar o porquê da persistência da violência doméstica contra a mulher, no Brasil, dado que, hoje, ainda temos o fato alarmante de que uma denúncia é registrada a cada sete minutos, de acordo com a Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República (SPM-PR). Os fatores que caracterizam essa violência são, especificamente, o ambiente e a relação dos envolvidos. Os laços afetivos e o espaço doméstico fazem este cenário se tornar contraditório, pois este deveria ser um local tranquilo e seguro para as mulheres (visto que, muitas vezes, o dia a dia fora do domicílio as torna vulneráveis às demais violências). Segundo uma pesquisa realizada pela Campanha Compromisso e Atitude, juntamente com a Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República, 98% da população brasileira tem conhecimento da Lei Maria da Penha, porém, havendo tal conhecimento, o que impede a eficácia da aplicação da lei? Algumas das respostas encontradas foram: mau atendimento nas delegacias – as mulheres não se sentem confortáveis ao serem recepcionadas por homens; o vínculo afetivo com o agressor – o que traz a esperança de que o sujeito pode mudar suas atitudes; e em alguns casos, a questão de o homem proporcionar o sustento dos filhos – visto que, geralmente, as esposas não trabalham e dependem financeiramente do marido. Difícil prever os resultados reais da lei em relação à incidência de casos de violência praticados contra as mulheres, uma vez que a lei cumpre sua função de colocar o assunto em evidência. A persistência do assunto demanda uma resposta a respeito do que fazer para diminuir esses resultados, a população tem um grande papel, juntamente com o Estado, no que diz respeito à diminuição das lacunas existentes na Lei Maria da Penha e ao aprimoramento no atendimento às necessidades das vítimas. Desta maneira, deve ocorrer melhoria nos portais de atendimento, desde a forma como recepcionar essas pessoas até o auxílio necessário para a solução dos casos. A evolução na praticidade de denunciar os ocorridos, sem que haja desconforto, e o auxílio psicológico são de suma importância para que as denúncias continuem a ocorrer. Porém o que não se pode afirmar é se os dados de incidência das denúncias aumentaram devido ao encorajamento das mulheres, ou a lei vem mostrando as suas falhas, no que diz respeito à diminuição de violência.

Palavras-Chave: Mulheres. Violência. Lei Maria da Penha. Incidência.

¹ Acadêmica do curso de Direito (Unicruz), 10º semestre. E-mail: bahsonemann@hotmail.com

² Acadêmica do curso de Direito (Unicruz), 2º semestre. E-mail: carolinacbeck@hotmail.com

³ Acadêmica do curso de Direito (Unicruz), 2º semestre. E-mail: francisantos2009@hotmail.com

⁴ Acadêmica do curso de Direito (Unicruz), 2º semestre. E-mail: mamulinari@outlook.com

⁵ Acadêmica do curso de Direito (Unicruz), 2º semestre. E-mail: muhlbeierstefani23@gmail.com

⁶ Doutora em Letras (UFRGS). Docente de Linguagem e Argumentação Jurídica (Unicruz). Orientadora da pesquisa. E-mail: ctavares@unicruz.edu.br

⁷ Mestre em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social (Unicruz). Docente de Direito Penal I. Orientador da pesquisa. E-mail: fpias@unicruz.edu.br